

**PARECER JURÍDICO - 403/2024**

Assunto: Resposta ao Memorando nº 770/2024 - LIC/SEFAZ

**1 - RELATÓRIO**

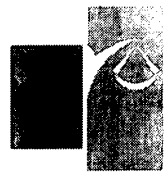
RECEBIDO  
EM, 28 / 10 / 24  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 770/2024**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 146/2024**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 083/2024, SRP - Sistema de Registro de Preços nº 062/2024**, tipo **Menor Preço por ITEM**, com objeto de registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos para portadores de necessidades especiais (PNE), para atender as demandas da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Cataguases-MG nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

A devida solicitação veio através do **Ofício/SECULT nº 292/2024 de 18/10/2024** enviado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Cataguases, assinado pela Secretária Srª Rosângela Moreira Costa Lima, cumprindo as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

Considerando que a Secretaria de Cultura e Turismo promove anualmente diversos eventos em praça pública com grande concentração de pessoas, como *Aniversário da Cidade, Festival Conversa de Botequim, Natal iluminado, Carnaval*, entre outros, tem-se a necessidade da contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos para pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), em atendimento e conformidade com o disposto em Lei Federal nº 13.825/2019, inclui a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos com acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, independente sejam os eventos organizados em espaços públicos ou privados.





Em caráter de informação, a Lei 13.825/2019 alterou a Lei nº 10.098/2000, conhecida como Lei de Acessibilidade que tratava também sob a matéria, na questão, banheiros químicos adaptados para atender ao público supracitado.

A locação de banheiros químicos destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE) torna-se indispensável para que o Município de Cataguases garanta o acesso de toda a população nos eventos que realiza, permitindo, assim, a inclusão e a acessibilidade digna de todos, através do fornecimento de estruturas para que aqueles não deixem de participar.

Prosseguimos,

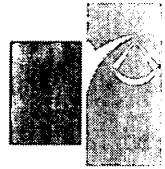
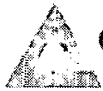
O presente expediente consta com o valor estimado da contratação em **R\$79.666,00** (*setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais*), de acordo com os valores praticados no mercado.

Considerando que não foi possível obter uma pesquisa de preços fidedigna com o objeto a ser contratado, diante de sua especificidade e detalhamento, a pesquisa de preços foi realizada diretamente com 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, de acordo com o disposto no art. 23, §1º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 e em conformidade com o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 5.805/23, o qual regulamenta a Nova Lei de Licitações e Contratos no âmbito do Município de Cataguases, naquilo que couber.

Desse modo, foi solicitado formalmente cotações com 03 (três) fornecedores e, após análise, obteve-se o valor médio unitário de R\$ 796,66 (*setecentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos*) e, para o quantitativo solicitado, o valor global estimado em R\$ 79.666,66 (*setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos*).

Importante ressaltar que, mediante análise e observância dos documentos apresentados, os recursos do Órgão Gerenciador para despesas decorrentes do objeto desta licitação, correrão à conta do Centro de Custo da Secretaria de Cultura e Turismo, sendo: **Centro de Custo nº 11**.

Vale ressaltar que a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 3º, estabelece os princípios que regem as licitações públicas, destacando a legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, e a vinculação ao instrumento convocatório. A contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos adaptados para atender às pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE).



De acordo com o artigo 28 da referida lei, a escolha da modalidade de licitação deve considerar o valor estimado da contratação. Para a contratação de locação de banheiros químicos para atendimento ao público com necessidades especiais (PNE), enquadra-se na modalidade de Pregão, dependendo do valor envolvido e da natureza dos serviços. A modalidade escolhida está claramente justificada no Edital, conforme **Pregão na forma Eletrônica sob o nº 083/2024**.

A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para as compras de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei n.º 14.133/2021, assim apresentado:

**Art.6º. Para fins desta Lei, consideram-se: (...)**

**XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado;**

No presente Edital para abertura do **Processo Licitatório nº 146/2024**, no item 8.9.5 ficou translúcida a exigência concatenada pelo artigo 27, da Lei 14.133/2024, vejamos:

**8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica**

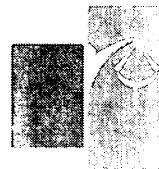
8.9.5.1 As empresas interessadas deverão possuir:

- a) Licenciamento ou dispensa de licença da empresa junto ao Órgão Ambiental Estadual;
- b) Cadastro da empresa na Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM);
- c) Autorização ambiental para o transporte de produtos perigosos.
- d) Comprovação de destinação dos resíduos dos banheiros químicos, através de contratos de destinação, ou declaração de destinação emitida por Estação de Tratamento de Esgoto (ETE);
- e) Cadastro da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na Fundação Estadual do Meio Ambiente ou órgão equivalente.
- f) Cadastro técnico federal da (ETE) no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

8.9.5.2 Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar ainda que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos de título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

8.9.5.3 A interessada deverá apresentar pelo menos 01 (um) Atestado de Qualificação Técnica, expedido por órgão público federal, estadual ou municipal, ou por empresas públicas ou privadas, em nome da empresa licitante, comprovando que a mesma já executou, de forma satisfatória, o fornecimento do objeto deste.

O prazo de execução do contrato deve ser determinado no edital, respeitando a duração do evento e garantindo que os brigadistas estejam disponíveis durante todo o período necessário. A



execução deve ser acompanhada por órgãos competentes, garantindo a efetividade das ações de segurança.

Entretanto, a prestação do objeto se dará de forma fracionada, sendo solicitada previamente através da Autorização de Fornecimento pela Secretaria demandante. Nesta questão, não se aplica o PARCELAMENTO.

Importante destacar que a licitação será por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta. (grifo nosso)

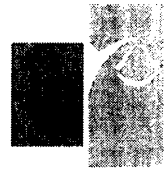
Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso)

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Este parecer tem como objetivo a contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos para portadores de necessidades especiais (PNE), que institui normas gerais de licitação e contratação pública.

A Administração Pública possui a tarefa árdua e complexa de manter o equilíbrio social e gerir a máquina pública, composta por seus órgão e agentes. Por essa razão, não poderia a Lei deixar a critério do administrador a escolhas das pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias e escusas, desvirtuadas do interesse coletivo. De fato, os gestores buscariam contratar com base em critérios pessoais, atendendo a interesses privados.



A exigência de um procedimento licitatório busca contornar esses riscos, por ser um procedimento que antecede o próprio contrato, por meio do qual várias pessoas podem concorrer em igualdade de condições e a Administração Pública pode escolher a proposta mais vantajosa, além de atuar na busca do Desenvolvimento Nacional e evitar a contratação do poder público com valores superaturados e com sobrepreço. Dessa forma, a licitação é um procedimento administrativo prévio às contratações públicas, realizado em uma série concatenada de atos, legalmente distribuídos, culminando com a celebração do contrato. (grifo nosso)

O artigo 37 XXI da Constituição Federal determina que os contratos administrativos seja precedidos de licitação pública, bem como o art. 175 da Carta Magna, ao tratar das outorgas de concessões e permissões, também faz referência à obrigatoriedade de licitar, imposta ao ente estatal.

## **2.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

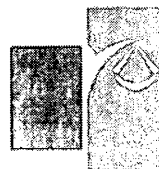
*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. **Acórdão 1492/2021 – TCU**





**PLENÁRIO.** Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

*O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.*

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do **Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:**

*Enunciado BPC nº 7*

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo



se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. (grifo nosso)

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionabilidade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

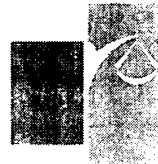
*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*



VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021) que alterou o regime jurídico das contratações públicas, portanto o **PCA - Plano de Contratação Anual** ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

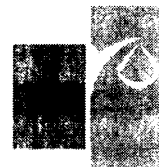
Em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, in fine:

**Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:**

**VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.**

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante





e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, ora apreciados.

Por sua vez, o **ETP - Estudo Técnico Preliminar** apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública. (grifo nosso)

## **2.2 - Da Minuta do Edital**

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

***Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.***

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, ***“independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos”***. (grifo nosso)

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e [www.cataguases.mg.gov.br](http://www.cataguases.mg.gov.br).



Integram este **Edital do Processo Licitatório nº 146/2024**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de proposta de preços;

Anexo III - Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO

Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS

Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO

Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA

Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.

Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES

Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

Anexo XII - Cotação de preços/Mapa analítico

Anexo XIII - Estudo técnico preliminar (ETP)

Anexo XIV - Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo XV - Termo de referência e demandas

Anexo XVI - Relação dos itens no Compras Governamentais

Anexo XVII - Lei 4.853/2022

Anexo XVIII - Lei 4.971/2023

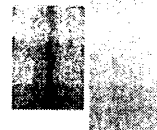
Anexo XIX - Parecer jurídico abertura do processo

### **2.3 - Da Minuta do Contrato**

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro. (grifo nosso)

Se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em Contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

*Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de*



*empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:*

*I - dispensa de licitação e razão de valor;*

*II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.*

**§1º. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto o art. 92 desta Lei.**

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da Lei 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos.

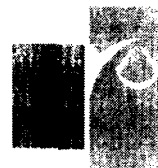
Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “**menor preço por item**”, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento, reforçadas na minuta do Edital acostado.

## **2.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.



### **3 - DO PARECER**

Considerando a justificativa plausível e necessária por parte da Secretaria de Cultura e Turismo de Cataguases, buscando e visando a continuidade e a prestação dos serviços executados pelo setor, justificando plenamente a **contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos para portadores de necessidades especiais (PNE) para atender as demandas da Secretaria de Cultura**, garantindo o conforto, segurança e tranquilidade aos frequentadores dos eventos culturais promovidos no Município.

Os documentos acostados, estão em conformidade com o Edital trazido para apreciação e análise prévia, sendo considerado a "lei" interna da licitação, donde define tudo o que for importante para o certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. Importante frisar que Edital não é LEI, mas sim, um ato administrativo submisso à lei, devendo ser formulado de acordo com as disposições legais, o que consta deste apresentado.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.

### **4 - CONCLUSÃO**


Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº146/2024, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 770/2024, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

Salvo melhor juízo. É o Parecer.

Cataguases, 28 de outubro de 2024.

  
**Elaine Cristina de Oliveira**  
Procuradora do Município  
OAB-MG 137.994